



MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 003, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Educacional, a firmar Termo de Colaboração com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agrolândia – APAE, na forma da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para transferência de recursos financeiros.

Senhor Presidente e demais Vereadores,

Encaminho a essa Egrégia Câmara para apreciação e aprovação dos Senhores Vereadores, o anexo Projeto de Lei que tem como finalidade autorizar o Município de Agrolândia a celebrar Termo de Colaboração com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, conforme minuta anexa, que consiste na cooperação técnica-financeira para manter a execução de serviços concernentes ao ensino de educação especial, no valor de R\$ 488.668,20 (quatrocentos e oitenta e oito mil e seiscentos e sessenta e oito reais e vinte centavos), em 11 (onze) parcelas, com início em fevereiro de 2025 e término em dezembro de 2025.

Segue em anexo:

- Termo de Colaboração a ser firmado;
- Plano de Trabalho;
- Estatuto da APAE;
- Ata de Eleição;
- Relatório de Atividades 2024; e
- Demais documentos pertinentes, como certidões, comprovantes de endereço, documentos pessoais do presidente, declarações, alvará etc.

Na certeza do apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura, aproveitamos o ensejo para renovar os protestos de estima e consideração.

Agrolândia/SC, 06 de janeiro de 2025.

Gianfranco Christiano Mohr
Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI Nº 003, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Educacional, a firmar Termo de Colaboração com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agrolândia – APAE, na forma da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para transferência de recursos financeiros.

O Prefeito Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete a apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Educacional, autorizado a transferir recursos financeiros por meio de Termo de Colaboração, parte integrante desta Lei, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agrolândia – APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.783.712/0001-51, com sede na Rua Leopoldo Zwicker, nº 57, Centro, município de Agrolândia/SC, no valor total de R\$ 488.668,20 (quatrocentos e oitenta e oito mil e seiscentos e sessenta e oito reais e vinte centavos), a ser repassado conforme cronograma de desembolso do Plano de Trabalho apresentado pela instituição.

Parágrafo único. O Termo de Colaboração poderá ser aditivado e prorrogado, nos termos da Lei Federal n.º 13.019/14.

Art. 2º O objeto do Termo de Colaboração de que trata está lei consiste na cooperação técnica-financeira para manter a execução de serviços concernentes ao ensino de educação especial.

Art. 3º A APAE deverá prestar contas dos recursos recebidos, consoante o Termo de Colaboração e à Lei Federal n.º 13.019/14.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento do Município, realizadas na seguinte classificação:

0401 – Secretaria do Desenvolvimento Educacional
2017 – Transferência a Entidades de Educação Especial
12.367.0018 3.3.50.00.00.00.00.0.1.500.7000.0200 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Agrolândia/SC, 06 de janeiro de 2025.

Gianfranco Cristiano Mohr
Prefeito Municipal



TERMO DE COLABORAÇÃO Nº ____/2025

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE AGROLÂNDIA – APAE, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **Município de Agrolândia**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.582/0001-44, com sede na Rua dos Pioneiros, nº 109, Centro, Agrolândia, Estado de Santa Catarina, doravante denominado Administração Pública Municipal, neste ato representada por _____, e de outro lado a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agrolândia - APAE**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.783.712/0001-51, com sede na Rua Leopoldo Zwicker, nº57, centro, na cidade de Agrolândia – Estado do Santa Catarina,doravante denominada OSC, neste ato representada por seu Presidente _____, resolvem, com base na Lei nº 13.019, de 2014 e suas alterações, celebrar o presente Termo de Colaboração mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração tem por objeto a concessão de apoio financeiro da Administração Pública Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Educacional como **cooperação técnica-financeira para manter a execução dos serviços concernentes ao ensino de educação especial aos usuários matriculados na APAE de Agrolândia**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho proposto pela OSC, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

1. São obrigações dos Partícipes:

I – Da Administração Pública Municipal:

a) Transferir à **OSC** os recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Colaboração, de acordo com a programação orçamentária e financeira estabelecida no Cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

b) Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Termo de Colaboração, comunicando à **OSC** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

c) Instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos do art. 35, inciso V, alínea h, da Lei 13019/2014;



d) Retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019/2014;

e) Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a **Administração Pública Municipal** assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019/2014;

f) Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela **Administração Pública Municipal** ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019/2014;

g) Prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Colaboração, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019/2014;

h) Publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Colaboração; e

i) Analisar as prestações de contas parciais e final relativas a este Termo de Colaboração, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma proposta nos arts. 66 e 67 da Lei 13.019/2014;

II – Da Organização da Sociedade Civil:

a) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela **Administração Pública Municipal**, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei n. 13.019, de 2014;

b) Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Colaboração;

c) Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Colaboração, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;

d) Elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Termo de Colaboração;

e) Não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo art. 45 da Lei n. 13.019/2014;

f) Apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;

g) Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela **Administração Pública Municipal** ou pelos órgãos de controle;

h) Submeter previamente à **Administração Pública Municipal** qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;



- i) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;
- j) Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;
- k) Realizar todos os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e demais informações, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Lei 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado;
- l) Estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Termo de Colaboração, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos;
- m) Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- n) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;
- o) Facilitar a supervisão e a fiscalização da **Administração Pública Municipal**, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Colaboração, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;
- p) Permitir o livre acesso de servidores da **Administração Pública Municipal** e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- q) Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;
- r) Prestar contas a **Administração Pública Municipal**, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Colaboração, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014, e do capítulo VII, do Decreto nº 8.726, de 2016;
- s) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Colaboração, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;
- t) Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação da **Administração Pública Municipal** em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Colaboração e, apor a marca da **Administração Pública Municipal** nas placas, painéis e outdoors de identificação dos projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Colaboração.
- u) Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Termo de Colaboração, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades às quais se destina;



- v) Manter a **Administração Pública Municipal** informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Colaboração e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.
- w) Permitir à **Administração Pública Municipal**, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Termo de Colaboração;
- x) Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;
- y) Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades; e
- z) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Colaboração, neste ato fixado no valor de R\$ 488.668,20 (quatrocentos e oitenta e oito mil e seiscentos e sessenta e oito reais e vinte centavos), correrão à conta da dotação alocada no orçamento da Administração Pública Municipal, autorizado pela Lei Orçamentária Anual de 2025, assegurado por nota de empenho, a ser realizados na seguinte classificação:

0401 – Secretaria do Desenvolvimento Educacional
2017 – Transferência a Entidades de Educação Especial
12.367.0018 3.3.50.00.00.00.00.0.1.500.7000.0200 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

I - O pagamento se dará em 11 (onze) parcelas e serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a classificação orçamentária.

II - Não será exigida contrapartida da **OSC**.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

1. Os recursos financeiros relativos ao repasse da **Administração Pública Municipal** serão depositados na conta corrente específica na instituição financeira determinada pela administração pública, como disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014.

2. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da **Administração Pública Municipal**, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Termo de Colaboração, ficando condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019/2014.

3. Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.



4. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, previstos no parágrafo único do art. 51 da Lei nº 13.019.

5. Havendo relevância para o interesse público e mediante aprovação pela Administração Pública Municipal da alteração no plano de trabalho, eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pela OSC na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que essa ainda esteja vigente.

6. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

1. O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

I - É vedado à OSC:

a) utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;

b) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias; e

c) efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Colaboração, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da **Administração Pública Municipal** e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;

II - Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie.

III – Caso os recursos transferidos não sejam utilizados no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o Termo de Colaboração deverá ser rescindido, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pela **Administração Pública Municipal**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

1. A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela **Administração Pública Municipal**.

2. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no Plano de Trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado.

3. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data,



valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço.

CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

1. A execução do objeto da parceria será acompanhada pela **Administração Pública Municipal** por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, devendo ser registradas no sistema de prestação de contas.

2. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria constantes do sistema de prestação de contas, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

3. A **Administração Pública Municipal** designará servidor público que atuará como gestor da parceria, responsável pelo monitoramento sistemático da parceria, podendo designar também fiscais que farão o acompanhamento da execução no sistema de prestação de contas com visitas in loco.

4. A **Administração Pública Municipal** realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas, hipótese em que a OSC deverá ser previamente notificada, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita.

5. Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, que será registrado no sistema de prestação de contas e enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da **Administração Pública Municipal**.

6. A visita técnica in loco não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela **Administração Pública Municipal**, pelos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será no período de 1º/01/2025 até 31/12/2025, de acordo com o plano de trabalho, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:

I - mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela **Administração Pública Municipal**.

II - de ofício, por iniciativa da **Administração Pública Municipal** quando der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

III – A prorrogação da vigência prevista no inciso I apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do Termo de Colaboração, desde que seja devidamente formalizada, justificada e previamente autorizada pela **Administração Pública Municipal**, considerando as seguintes situações:

a) Alteração do Plano de Trabalho sugeridos pela **Administração Pública Municipal** para aperfeiçoamento dos processos e dos resultados previstos;



- b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Plano de Trabalho; e
c) ampliação de metas e etapas com aumento das quantidades inicialmente previstas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO

1. Este Termo de Colaboração poderá ser modificado, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 13.019/2014.

2. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

1. A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, para a **Administração Pública Municipal**, de forma parcial em até 60 (sessenta) dias após a liberação do recurso em conta bancária, com base no cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, observando a regra de que não repassará a terceira parcela sem a devida prestação de contas da primeira e assim sucessivamente.

2. As prestações de contas observarão as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei 13019/2014, além das cláusulas constantes deste Termo de Colaboração e do Plano de Trabalho.

3. As prestações de contas apresentadas pela OSC deverão conter elementos que permitam a **Administração Pública Municipal** avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas, sendo considerada a verdade real e os resultados alcançados. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

4. Para fins de prestação de contas a OSC deverá apresentar relatório (parcial ou final) de execução do objeto e relatório de execução financeira, que conterá no mínimo, as seguintes informações e documentos:

I - Relatório de Execução do Objeto:

a) demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;

b) descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

c) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros, quando autorizado;

d) os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;

e) informações sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

f) informações sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros;



g) informações sobre a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto;

h) justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, quando for o caso e as medidas para ajustamento.

II - Relatório de Execução Financeira:

a) balancete contendo a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

b) comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

c) extrato da conta bancária específica;

d) memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

e) relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;

f) cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço, emitidos após o recebimento do recurso;

g) comprovante bancário dos pagamentos realizados.

5. A análise do relatório de execução financeira será feita pela Administração Pública e contemplará:

I - o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho;

II - a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

6. A análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:

I - os relatórios parciais e finais de execução do objeto;

II - os relatórios parciais e finais de execução financeira;

III - relatório de visita técnica *in loco*, quando houver;

IV - relatório técnico de monitoramento e avaliação.

7. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria.

8. A OSC deverá observar o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de pagamento da última parcela da parceria para entregar o relatório de execução do objeto e de execução financeira para a **Administração Pública Municipal**.

9. O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

I - aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;

II - aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, forem constatados impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

III - rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;



- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

10. A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

I - apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II - sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

11. Exaurida a fase recursal, a **Administração Pública Municipal** deverá:

I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, notificar a OSC as causas das ressalvas; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

12. O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções.

13. No caso de rejeição da prestação de contas, o não resarcimento ao erário ensejará:

I - A instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente; e

II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

14. O prazo de análise da prestação de contas final pela **Administração Pública Municipal** será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.

15. O transcurso do prazo definido na anterior, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

II - não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

1. O presente Termo de Colaboração poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por qualquer dos participes, desde que comunicada esta intenção à outra parte no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, ficando os participes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

2. O Termo de Colaboração será rescindido unilateralmente pela **Administração Pública Municipal** nas seguintes hipóteses:

a) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 120 (cento e vinte) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pela **Administração Pública Municipal**.

b) caso haja irregularidade ou inexecução parcial do objeto.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

1. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, a OSC deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.

2. Os recursos a serem restituídos na forma do *caput* incluem:

I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;

II - os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada;

III - o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos, na hipótese de dissolução da OSC ou quando a motivação da rejeição da prestação de contas estiver relacionada ao uso ou aquisição desses bens.

3. A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

4. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros equivalentes à taxa Selic.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

1. Nos termos do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a **Administração Pública Municipal**, que será concedida sempre que a OSC resarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

2. A **Administração Pública Municipal** determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

I - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a OSC não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, caso a OSC não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS BENS REMANESCENTES

1. Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente Termo de Colaboração, e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos,



transformados ou construídos serão de propriedade da OSC, não sendo permitida sua utilização em qualquer outra ação que não esteja dentro do escopo do objeto pactuado.

2. Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:

I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser resarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

3. Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser resarcido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

1. A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, no prazo de até 10 (dez) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

1. Os participes procurarão resolver administrativamente eventuais dúvidas e controvérsias decorrentes do presente ajuste. Não logrando êxito a solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Colaboração o foro da Comarca de Trombudo Central/SC.

E, por assim estarem plenamente de acordo os participes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos no presente instrumento, o qual lido e achado conforme, que vão assinadas pelos participes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Agrolândia, xx de xxxx de xxxx.

Prefeito Agrolândia

Presidente APAE

Testemunhas:



Associação de Pais e Amigos dos Expcionais

CNPJ 83.783.712/0001-51

Rua Leopoldo Zwicker, nº 57 - Agrolândia/SC. CEP 88.420-000

Fone/Fax (47) 3534-4489 / 8801-0713

adm@apaeagrolandia.org.br / apaeagrolandia_sc@yahoo.com.br

www.apaeagrolandia.org.br

Agrolândia, 05 de setembro de 2024.

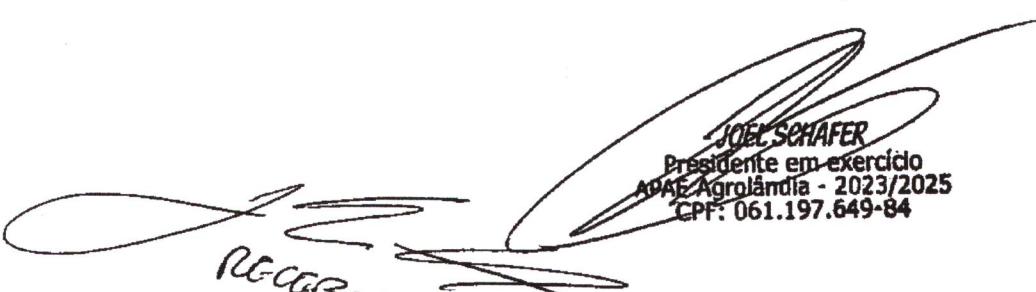
Ofício DIR nº 070/2024/APAE/AGROLÂNDIA.

**Exmo. Sr.
José Constante
Prefeito Municipal
Agrolândia-SC**

A APAE de Agrolândia, CNPJ 83.783.712/0001-51, dirige-se à Vossa Excelência para encaminhar os Planos de Trabalho 2025 a fim de serem anexados à Exposição de Motivos nº002/APAE/Agrolândia, Ofício DIR nº068/2024/Agrolândia, Ofício DIR nº069/2024/Agrolândia e Ofício DIR nº067/2024/Agrolândia, onde solicitamos a **Inclusão da Dotação Orçamentária 2025, alteração de vigência e valor** dos respectivos Termos de Colaboração celebrados entre o município de Agrolândia e APAE/Agrolândia.

Reiteramos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.


JOEL SCHÄFER
Presidente em exercício
APAE Agrolândia - 2023/2025
CPF: 061.197.649-84

RECEBIDA
05/09/2024
C.M.
OS/09/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA
CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA
PROTOCOLO N°: 7651-2024
DATA: 05/09/2024
HORA: 10 h 27 min
Rayana Lara Corrêa
Matri. n° 114243-00 Rubr. 

**Exposição de motivos Nº 002/APAE/Agrolândia
Protocolo Nº 728/2024 – 27.08.2024**

PLANO DE TRABALHO 2025

Objeto da parceria: Cooperação técnica-financeira para manter a execução dos serviços concernentes ao ensino de educação especial aos usuários matriculados na APAE de Agrolândia.

Agrolândia/2024



Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agrolândia
CNPJ 83.783.712/0001-51
Rua Leopoldo Zwicker, nº 57 - Agrolândia/SC. CEP 88.420-000
Fone/Fax (47) 3534-4489 / 8801-0713
adm@apaeagrolandia.org.br / www.apaeagrolandia.org.br

PLANO DE TRABALHO 2025

I. DADOS CADASTRAIS

Nome da Organização Social: Associação de Pais e Amigos dos Expcionais de Agrolândia

CNPJ: 83.783.712/0001-51

Conta Corrente nº: 3497-5 Agência nº: 3633-1 Banco: 001

Endereço: Rua Leopoldo Zwicker Número: 57 CEP: 88420-000

Bairro: Centro Cidade: Agrolândia

Teléfono: 47 3534 4489 Endereço Eletrônico: adm@apaeagrolandia.org.br

CEBAS Secretaria Nacional de Assistência Social – Portaria nº 49 de 09 de maio de 2022
– Vigência até 31/12/2026

Utilidade Pública Estadual – Lei nº 6.931 de 08 de maio de 1987. – Renovada através de certidão da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina vigente até 20/06/2025.

Lei que declara de Utilidade Pública Municipal nº: 493 de 26/12/1986

Credenciamento e autorização para funcionamento do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAESP) de Agrolândia – Processo ADR12 8086/2019 aprovado em 09/12/2019 através do parecer do Conselho Estadual de Santa Catarina nº 305.

Inscrição no Conselho Municipal da Assistência Social: Validade até 05/09/2025.

Inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Registro nº 017/2023 – Validade até: 23/10/2027.



Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agrolândia
CNPJ 83.783.712/0001-51
Rua Leopoldo Zwicker, nº 57 - Agrolândia/SC. CEP 88.420-000
Fone/Fax (47) 3534-4489 / 8801-0713
adm@apaeagrolandia.org.br / www.apaeagrolandia.org.br

Inscrição no Conselho Municipal de Saúde: Somos membros, porém não possui número de inscrição. Nomeados pelo Decreto nº 039/2023.

Inscrição no Conselho Municipal de Educação: Somos membros, porém não possui número de inscrição. Nomeados pelo Decreto nº 071/2023.

Inscrição no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência: Somos membros, porém não possui número de inscrição. Nomeados pelo Decreto nº 068/2023.

1.2 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Nome do Presidente em Exercício: Joel Schafer

Número do RG: 3.741.110

Número do CPF: 061.197.649-84

1.3. VIGÊNCIA DE MANDATO DA DIRETORIA ATUAL:

02/01/2023 a 31/12/2025

1.4. ÁREAS DAS ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL.

- Deficiência Intelectual
- Deficiência Múltipla
- Atraso Global no Desenvolvimento
- Transtorno do Espectro Autista

1.5. O ESTATUTO SOCIAL ESTÁ DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 13.019/2014, ALTERADA PELA LEI FEDERAL 13.204 2015

(x) Sim

() Não

Em adequação ()

1.6. APRESENTAÇÃO

A APAE de Agrolândia, fundada em 16/03/1986, é uma associação civil, benficiente de assistência social, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada que atende atualmente **80 pessoas com deficiência** (DI, AGD, SD, TEA, DIM, PC, MCF, DM, TGD, ADNPM), na faixa etária de 00 a 70 anos provenientes dos municípios de Agrolândia e Atalanta. Até os dias de hoje foi administrada por 15 diretorias formada por voluntários.

Desenvolve projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação e prevenção de deficiências.

2. PROJETO

2.1 OBJETO:

Cooperação técnica-financeira para manter a execução dos serviços concernentes ao ensino de educação especial aos usuários matriculados na APAE de Agrolândia.

2.2 DESCRIÇÃO DO PROJETO:

Descrição: atende Pessoas com Atraso Global no Desenvolvimento, Deficiência e Transtorno do Espectro Autista.

Descrição da realidade:

1. Promover a melhoria na qualidade de vida da pessoa com deficiência intelectual e múltipla e transtornos globais do desenvolvimento e Transtorno de Expectro Autista em seus ciclos de vida: infantil, adolescência, adulto e idoso.
2. Prestar serviços de habilitação e reabilitação ao público acima definido, promovendo sua integração à vida em comunidade, realizando serviços de assistência social, assessoramento, defesa e garantia de direitos extensivo a sua família.



3. Prestar serviços de educação especial as pessoas com atraso global no desenvolvimento, deficiência e TEA.
4. Oferecer serviços na área de saúde desde a prevenção e estimulação precoce para uma melhor qualidade de vida de seus usuários.
5. Prover os recursos necessários para o desenvolvimento das atividades educacionais no CAESP/APAE de Agrolândia.

2.3 PERÍODO DE EXECUÇÃO

Início: 01/01/2025 Término: 31/12/2025

2.4 PÚBLICO ALVO

Pessoas com atraso global no desenvolvimento, deficiência e Transtorno do Espectro Autista do município de Agrolândia na faixa etária de 00 a 70 anos, devidamente matriculados no CAESP/APAE de Agrolândia

2.5 OBJETIVOS

1. Executar os serviços, dentro da capacidade orçamentária, logística, programas, projetos e benefícios sócioassistenciais, de forma gratuita, permanente e continuada aos usuários e quem deles necessitar, sem qualquer discriminação, de forma planejada, diária e sistemática.
2. Incentivar a participação da comunidade e das instituições público privadas nas ações e programas voltados a prevenção e ao atendimento da pessoa com atraso global no desenvolvimento, deficiência e Transtorno do Espectro Autista.
3. Promover parcerias com a comunidade oportunizando a habilitação e a colocação da pessoa com deficiência intelectual leve ou moderada, associada ou não a outras



deficiências, e/ou Transtorno do Espectro Austista com perspectiva de ingresso no processo de qualificação profissional e inclusão no mercado de trabalho.

4. Proporcionar ações com objetivo de prevenir, avaliar, intervir e acompanhar, de forma clínico-terapêutica, o desenvolvimento de crianças de 00 a 06 anos, acometidas por atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, afim de atenuar déficits e possibilitar evoluções significativas no desenvolvimento delas.
5. Oportunizar o desenvolvimento da funcionalidade do educando na faixa etária de 06 a 17 anos, com diagnóstico de deficiência intelectual grave ou profunda, associada ou não a outras deficiências, e/ou, transtorno do espectro autista, com baixo nível funcional/nível 3 e que o quadro de saúde e/ou comportamentais inviabilizem sua permanência no ensino regular.
6. A partir dos 18 anos possibilitar aos educandos autonomia e independência quanto possível nas atividades da vida diária, participação social, possibilidade de exercer uma atividade laboral não remunerada, contribuir para a promoção e prevenção de situações de risco pessoal e do envelhecimento ativo e saudável.

2.6 JUSTIFICATIVA

Justificamos a necessidade do presente projeto por entender que todos têm o direito à vida, ao lazer, à educação e saúde, respeitando as diferenças existentes entre as pessoas. A APAE de Agrolândia busca um ensino que aceite e respeite toda diversidade humana, objetivando uma sociedade mais justa, com a participação de todos.

O Centro de Atendimento Educacional Especializado/APAE de Agrolândia, oferece educação de qualidade para as pessoas com deficiência, atraso global do desenvolvimento e transtorno do espectro autista promovendo um processo educacional que abre oportunidades iguais para todas as pessoas.



Para alcançar uma educação inclusiva precisamos compreender o sujeito com necessidades educacionais especiais como possuidor de múltiplas dimensões para a aprendizagem.

Essa modalidade de ensino requer uma equipe multiprofissional para realizar o atendimento educacional especializado, a saber: pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, médico psiquiatra, terapeuta ocupacional, fisioterapeutas, fonoaudióloga, assistente social e nutricionista.

A APAE de Agrolândia é formada por uma diretoria voluntária e que mantem o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAESP). Para o funcionamento do CAESP além da equipe multidisciplinar, necessitam de uma equipe de gestão, assessorias e secretaria.

A equipe de apoio também é necessária para desenvolver todas as atividades a saber: motoristas, roteirista, serviços gerais, merendeira, auxiliar de cozinha, jardineiro, materiais específicos para a demanda da alimentação, higiene, limpeza, atendimentos específicos nas áreas de: saúde, assistência social e educação.

Dessa forma, a necessidade e a importância em receber recursos financeiros para a manutenção e custeio da APAE de Agrolândia são fundamentais para a continuidade dos atendimentos e serviços prestados aos 80 alunos matriculados e pelo relevante serviço que ao longo de seus 38 anos de existência presta às pessoas com deficiência de nosso município.

Buscamos auxiliar no desenvolvimento socioemocional dos educandos levando em consideração suas habilidades pessoais em atividades desafiadoras para todos, procurando formas de explorar os conteúdos curriculares.

2.7 RESULTADOS ESPERADOS

Os resultados esperados com o serviço da educação especial desenvolvido no Centro de Atendimento Educacional Especializado é uma significativa melhora na qualidade de vida das pessoas com deficiência em todos os ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar a proteção social e pleno exercício da cidadania.



Com a frequência diária dos educandos buscamos a habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, de forma articulada com ações educacionais, de saúde por meio de serviços, programas e projetos sociassistenciais.

Todo serviço prestado aos educandos é de forma gratuita. Os repasses advindos através do Município de Agrolândia são indispensáveis para pagamento das despesas da manutenção da entidade, dos técnicos, contratação de profissionais, encargos trabalhistas e previdenciários e possíveis rescisões.

A entidade dispõe de sede própria com uma área construída de 1.177,88 m² disponível para atender condignamente seus educandos e desenvolver todas as atividades a que se propõe.

Com o trabalho a ser desenvolvido em 2025 a entidade contemplará também o interesse público com relação a Educação Especial e os atendimentos técnico/clínicos realizados nos educandos matriculados contribuirão para aliviar a demanda sobre serviços de saúde pública do município.

PROFISSIONAIS PARA 2025

	PROFISSIONAL	CARGA HORÁRIA	CONTRATAÇÃO
Equipe Técnica	Médico Psiquiatra	04 horas mensais	Autônomo
	Fisioterapeuta 01	08 horas semanais	CLT
	Fisioterapeuta 02	16 horas semanais	CLT
	Fonoaudióloga	16 horas semanais	CLT
	Psicóloga 01	12 horas semanais	CLT
	Psicóloga 02	08 horas semanais	CLT
	Terapeuta Ocupacional	08 horas semanais	CLT
	Assistente Social	15 horas semanais	CLT
	Nutricionista	12 horas semanais	CLT
Equipe de Apoio	Motorista 01	40 horas semanais	CLT
	Motorista 02	40 horas semanais	CLT
	Roteirista de Transporte Escolar	30 horas semanais	CLT
	Roteirista de Transporte Escolar	30 horas semanais	CLT
	Merendeira	40 horas semanais	CLT
	Auxiliar de cozinha	20 horas semanais	CLT
	Serviços Gerais 01	30 horas semanais	CLT
	Serviços Gerais 02	30 horas semanais	CLT
Equipe Administrativa	Direção Geral	40 horas semanais	CLT
	Coordenadora ADM/Financeiro	13 horas semanais	CLT
	Assessora Administrativa	08 horas semanais	CLT



3. AÇÕES

Realizar a melhoria da qualidade de vida das pessoas com atraso global no desenvolvimento, deficiência e transtorno do espectro autista, assegurando-lhes o pleno exercício da cidadania e sua inclusão social.

4. METAS

Manter os atendimentos durante a vigência do presente termo de colaboração com estrutura própria, adequada oferecendo os serviços necessários e recursos humanos para a efetivação dos serviços propostos para os educandos devidamente matriculados no Centro de Atendimento Educacional Especializado da APAE de Agrolândia.

Atendimentos a partir dos 07 anos de idade são diárias, 5 (cinco) dias na semana com 4 horas de duração/dia.

Os serviços de estimulação precoce são realizados individualmente, em sessões de 40 minutos com frequência de 2 (duas) vezes na semana (pode a critéria da Fundação Catarinense de Educação Especial de Santa Catarina ter flexibilização no processo).

5. INDICADORES

Registro de frequência diária dos educandos, processos de matrícula e transferência, organização de turmas, currículo funcional natural (PPI), registro e histórico escolar dos educandos, manter atualizado o arquivo da legislação escolar, prontuários clínicos e controle dos profissionais através do relógio ponto.



6. AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

A APAE de Agrolândia, comprova seus atendimentos através de formulários específicos nas áreas de saúde, educação e assistência social, além de avaliações específicas, pareceres técnicos, relatórios, visitas domiciliares.

Na área pedagógica as metas e resultados são comprovados através das Diretrizes dos Centros de Atendimento Educacional Especializados em Educação Especial (CAESP) pela Fundação Catarinense de Educação Especial do Estado de Santa Catarina.

A APAE dispõe também do Plano Político Pedagógico Específico e Currículo Funcional Natural onde estão registrados de forma individualizada as ações pedagógicas.

7. PERÍODO DE EXECUÇÃO

Início: 01/01/2025 Término: 31/12/2025

8. DESCRIÇÃO DAS DESPESAS E CUSTO ANUAL

Descrição e estimativa da despesa	Valor total anual
Pagamento dos profissionais (folha mensal, 13º salário, férias, 1/3 de férias, horas extras e/ou gratificação), rescisão de contrato, bem como encargos sociais (INSS, FGTS, PIS, IR e DARF) e ASO e exames complementares, dos seguintes profissionais: médico psiquiatra, fisioterapeutas, fonoaudióloga, psicólogas, terapeuta ocupacional, assistente social, nutricionista, motoristas, roteiristas de transporte escolar, merendeira, auxiliar de cozinha, serviços gerais, direção geral, coordenadora administrativa/financeira, assessora administrativa.	R\$ 488.668,20 (quatrocentos e oitenta e oito mil seiscentos e sessenta e oito reais e vinte centavos)



9. CRONOGRAMA FINANCEIRO

DESPESAS		Pagamento dos profissionais (folha mensal, 13º salário, férias, 1/3 de férias, horas extras e/ou gratificação), rescisão de contrato, bem como encargos sociais (INSS, FGTS, PIS, IR e DARF) e ASO e exames complementares, dos seguintes profissionais: médico psiquiatra, fisioterapeutas, fonoaudióloga, psicólogas, terapeuta ocupacional, assistente social, nutricionista, motoristas, roteiristas de transporte escolar, merendeira, auxiliar de cozinha, serviços gerais, direção geral, coordenadora administrativa/financeira, assessora administrativa.			
VALORES EM REAIS					
JANEIRO R\$ -	FEVEREIRO R\$ 37.589,86	MARÇO R\$ 37.589,86	ABRIL R\$ 37.589,86	MAIO R\$ 37.589,86	JUNHO R\$ 37.589,86
JULHO R\$ 56.384,80	AGOSTO R\$ 37.589,86	SETEMBRO R\$ 37.589,86	OUTUBRO R\$ 37.589,86	NOVEMBRO R\$ 56.384,80	DEZEMBRO R\$ 75.179,72
TOTAL GERAL R\$ 488.668,20					

Observação: os valores de julho, novembro e dezembro são maiores que os demais meses devido ao pagamento das parcelas do 13º salário, férias e 1/3 de férias de acordo com a CLT.

10. Declaração:

Na qualidade de representante legal, para fins de prova junto a Prefeitura Municipal de Agrolândia, para os efeitos e sob pena da Lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos consignados no orçamento do Município na forma deste Plano de Trabalho.

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Agrolândia, 03 de setembro de 2024.



JOEL SCHÄFER
 Presidente em exercício
 APAE Agrolândia - 2023/2025
 CPF: 061.197.649-84



Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agrolândia
CNPJ 83.783.712/0001-51
Rua Leopoldo Zwicker, nº 57 - Agrolândia/SC. CEP 88.420-000
Fone/Fax (47) 3534-4489 / 8801-0713
adm@apaeagrolandia.org.br / www.apaeagrolandia.org.br

8 – Análise do Plano de Trabalho

8.1 Análise do plano de trabalho

Comissão de avaliação e monitoramento Aprovado Reprovado

Agrolândia ____/____/_____

Assinatura e Matrícula

Administrador Público Aprovado Reprovado

Agrolândia ____/____/_____

Assinatura e Matrícula